

## **RESISTÊNCIA POR OCUPAÇÕES E COMUNS: FUGINDO DO ENGESSAMENTO DO CAPITAL**

Julia Vilela Caminha  
juliajvc@gmail.com

### **RESUMO:**

O artigo “Resistência por ocupações e comuns: fugindo do engessamento do capital” se propõe a discutir questões teóricas acerca da circulação do capital e suas consequências nas lutas pelo direito à cidade. Assim, discute-se, em um primeiro momento, a circulação do capital, como forma de contextualizar o momento atual. E, em um segundo momento, discute-se os conceitos de ocupação e comum, com intuito de demonstrar a sua importância para a superação das contradições do capitalismo.

### **Palavras-chave:**

Ocupações, comum, antivalor.

GT-6: Território e ativismos sociais urbanos

*A verdadeira ciência começa quando trazemos esses conceitos, abstrações e formulações teóricas de volta à vida cotidiana e mostramos como eles podem iluminar os porquês das lutas cotidianas que as pessoas em geral, mas em especial os trabalhadores, enfrentam em sua batalha pela sobrevivência. Foi para isso que o conceito de capital foi criado e era isso o que Marx esperava que O Capital enquanto livro nos ajudasse a realizar (HARVEY, 2018a, p. 205).*

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a discutir questões teóricas acerca da circulação do capital e suas consequências urbanas, em especial nas lutas pelo direito à cidade, tendo com apoio principal o livro *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, de David Harvey (2018a). Neste sentido, o artigo surge como consequência da pesquisa de doutorado da autora.

No livro em questão, o geógrafo se propõe a compreender o conceito de capital e suas leis de movimento, a partir da perspectiva de Karl Marx, para, a partir desta leitura, compreender os nossos atuais impasses. Entende que a reestruturação econômica traz impactos diretos nas relações desenvolvidas no âmbito do urbano, bem como que tal reestruturação se espalhou por todo o planeta, de tal forma que hoje assistimos à planetarização do urbano (LEFEBVRE, 2004), acompanhada de novos processos socioespaciais. O capitalismo está diretamente relacionado ao espaço, pois é nele que ocorre a reprodução do capital; os processos de valorização do capital produzem efeitos sobre o espaço urbano, que emerge não só como cenário, mas também como objeto de reivindicações. Ademais, o desenvolvimento regional não pode ser compreendido sem se pensar o desenvolvimento geral

Acreditando que a força de trabalho funciona também como a força que impulsiona a transformação, procuramos vincular os temas abordados por Harvey (2018a) à nossa pesquisa de doutorado. Assim, o artigo tem como tema as lutas pelo direito à cidade que emergem no contexto do engessamento do ciclo do capital. Neste sentido, nosso objeto se encontra nas ocupações urbanas, enquanto nossa questão central (ou problema) é: em que medida as ocupações se configuram como comuns capazes de levar à superação do capitalismo?

## 2 A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL ENQUANTO VALOR EM MOVIMENTO

Como afirma Harvey (2018a), o capital não é o único determinante de nossa realidade, porém, sua leitura é essencial para um melhor entendimento da dinâmica em que vivemos. Neste

sentido, na primeira seção do artigo nos propomos a entender como ocorre a circulação do capital, seguindo os termos de Marx apresentados por Harvey (2018a).

A primeira ideia a se trabalhar é de que o capital se constitui como valor em movimento – o que, para Harvey (2018a), diferencia, em parte, o pensamento de Marx da definição corriqueira de capital enquanto dinheiro para fazer mais dinheiro. Neste sentido, o capital – assim como uma molécula de H<sub>2</sub>O, para usar a metáfora de Harvey (2018a) – está sempre em movimento, mudando, constantemente, de forma, estado ou volume (magnitude, para Marx), ritmo, funções e estrutura da reprodução. Harvey (2018b) construiu um diagrama do fluxo geral do capital a partir das descrições de Marx, que reproduzimos na Figura 1.

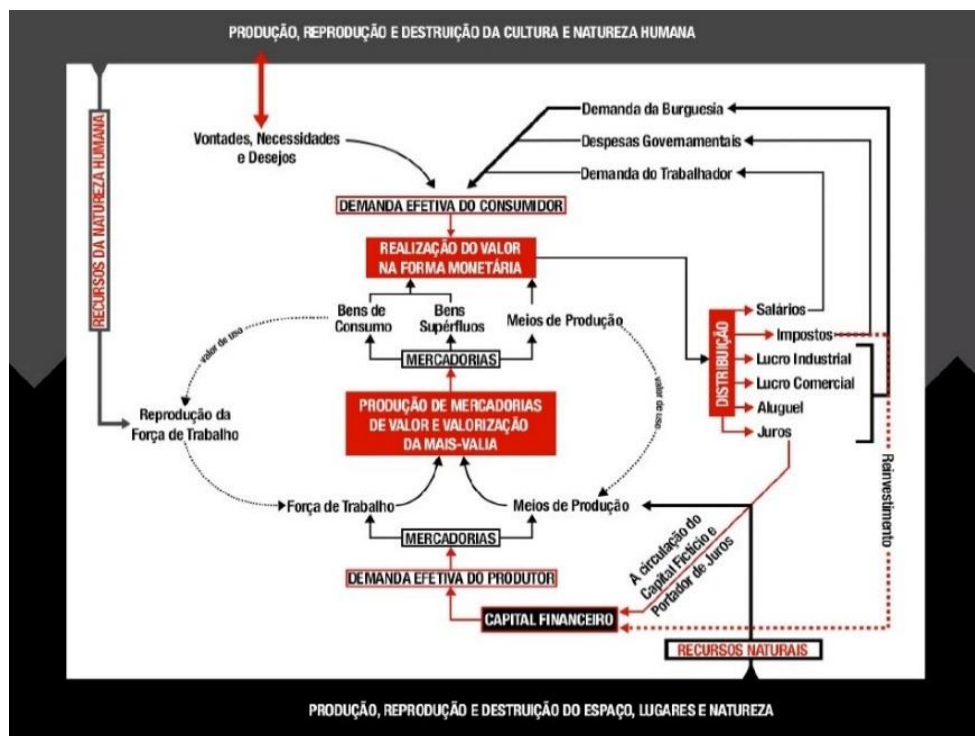


Figura 1 - Diagrama do fluxo geral do capital elaborado por Harvey (2018b) a partir dos estudos de Marx.  
Fonte: Harvey (2018b)

É importante distinguir “valor” de “dinheiro” para iniciarmos a análise do fluxo geral do capital. Neste sentido, o valor define-se como uma força imaterial, mas objetiva, ou seja, uma abstração que tem uma objetivação no real, mas não é concreto, a relação é imaterial, e se objetiva em mercadorias. O dinheiro, por sua vez, surge pela necessidade de se ter uma representação ou expressão material do valor. Neste sentido, “valor é a relação social e [...] dinheiro é a representação e a expressão dessa relação social” (HARVEY, 2018a, p. 19). Com o pressuposto

de o que importa não são as coisas, mas, sim, as relações entre elas, Marx se propõe a estudar a relação social valor.

Capital, portanto, é uma parte do dinheiro utilizada de uma determinada forma. O capital-dinheiro é o dinheiro investido na (re)introdução do capital no processo de produção; neste sentido, o dinheiro deve ser investido em dois tipos de mercadoria: força de trabalho e meios de produção. Aqui, o valor sofre sua primeira metamorfose, saindo da forma-dinheiro para a forma-mercadoria.

O valor é produzido e sustentado por um movimento que vai de coisas (mercadorias [- força de trabalho e meios de produção]) a processos (as atividades de trabalho que cristalizam valor nas mercadorias) a coisas (novas mercadorias) (HARVEY, 2018a, p. 22).

O processo de produção de uma nova mercadoria produz também o mais-valor, quando o capitalista captura parte do valor produzido<sup>1</sup> pela força de trabalho, estabelecendo-se, então, uma relação social de exploração da força de trabalho.

A técnica é simples: estender a jornada de trabalho para além do ponto em que o valor da força de trabalho foi recuperado. Quanto maior a jornada de trabalho, maior a quantidade de mais-valor produzida para o capital (HARVEY, 2018a, p. 24).

É neste ponto que se encerra o primeiro processo da circulação do capital, a **valorização**. O processo seguinte é a **realização**, que ocorre quando as mercadorias são vendidas e, novamente, o valor volta à sua forma-dinheiro. A realização envolve duas formas de consumo. Segundo Marx, a primeira seria o “consumo produtivo”, relacionado às mercadorias necessárias para a própria produção, ou seja, os meios de produção; a segunda seria o “consumo final” que inclui bens salariais, bens de luxo e os bens que sustentam o aparato estatal. Os bens salariais são aqueles exigidos para a reprodução social dos trabalhadores, enquanto os bens de luxo são os não

---

<sup>1</sup> Neste momento a tecnologia também é essencial, entendendo que ela possibilita diminuir o tempo de jornada de trabalho. Lembrando também que a “tecnologia não se refere apenas a máquinas, ferramentas e sistemas de energia em movimento [...] abrange também as formas de organização [...] e o *software* de sistemas de controle, estudos de tempo e movimento, sistemas de produção *just-in-time*, inteligência artificial e similares” (HARVEY, 2018a, p.22).

essenciais para a sobrevivência<sup>2</sup>. Importante frisar que a venda de mercadorias só ocorrerá quando houver a necessidade ou desejo por elas, seja para consumo produtivo ou final. Por isso, Harvey (2018a) salienta que as condições de necessidade ou desejo não surgem naturalmente, havendo uma complexa história de sua criação sob o capitalismo.

A terceira etapa da circulação do capital, a **distribuição**, é o momento no qual “o dinheiro é distribuído a uma série de participantes que, por um motivo ou outro, podem reivindicar uma parcela dele” (HARVEY, 2018a, p. 26): o trabalhador assalariado (através de seu salário que é definido, em tese, pelo custo de vida), as diferentes frações/grupos do capital (de acordo com o capital que adiantaram e não com o mais-valor que produziram), instituições da sociedade civil (através de dízimos ou contribuições) e o Estado (através de tributos e impostos).

Por fim, o quarto processo ocorre pela captura de parte do dinheiro e pela sua **reconversão** em capital-dinheiro, que então voltará para o estágio inicial do fluxo em busca da sua valorização. Porém, o que levaria um capitalista a reinvestir o seu “suado” dinheiro?! Como afirma Harvey,

uma força motriz mais evidente reside no fato de que nenhum capitalista monetário racional se daria a todo esse trabalho e enfrentaria todos os percalços da organização da produção de mercadorias e mais-valor se não terminasse com mais dinheiro no fim do processo de valorização do que tinha no início. Em poucas palavras, é o lucro individual que os move (HARVEY, 2018a, p.32).

Ou seja, o lucro funciona como principal força motriz dos capitalistas. No entanto, o Estado também funciona como força motriz pois tem uma grande influência sobre a demanda de alguns equipamentos, como, por exemplo, militares, tecnologias de vigilância e de administração e governança. Outra forma do Estado agir como força motriz é pela demanda em construção civil, em especial após dificuldades econômicas, conforme Harvey (2018a) tão bem demonstra com o exemplo da China na última década e dos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. Vale lembrar o exemplo do próprio Brasil com o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, uma política

---

<sup>2</sup> Podemos traçar um paralelo entre os bens salariais e os bens de luxo com as necessidades básicas (ou não radicais) e as necessidades radicais, conforme definidas por Agnes Heller (1996). As carências (ou necessidades) na reprodução social são aquelas que podem ser satisfeitas pelo salário, porém, existem carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade, estas carências são, justamente, as “necessidades radicais”.

habitacional de escala nacional, anunciado em abril de 2009, que foi uma das principais reações do Governo Federal contra a crise financeira internacional. Constituía-se em um pacote habitacional que previa a construção de 1 milhão de unidades habitacionais, para a população com rendimento familiar entre 0 e 10 salários mínimos, por meio de subsídios (AUTOR, 2015).

Outro ponto de extrema importância na teoria de Marx é o conceito de antivalor como uma característica intrínseca à natureza do capital. Neste sentido, o valor só existe em relação ao antivalor: “se por meio do processo de produção o capital é reproduzido como valor e valor novo, ele é ao mesmo tempo posto como *não valor*, como algo que primeiro tem de *ser valorizado pela troca*” (MARX, 1973, p.328 *apud* HARVEY, 2018a, p.80), assim, o antivalor deve ser superado para que haja a valorização do capital.

E é neste ponto que reside uma das grandes contradições (e problemas) do capitalismo, pois ao entender que a desvalorização é necessária para a valorização, podemos conceber um cenário de desvalorização geral do capital. Na medida em que a continuidade e velocidade constante da circulação do capital são essenciais para sua permanência, “qualquer falha na manutenção da circulação do capital nas diversas fases de produção, realização e distribuição produzirá dificuldades e transtornos” (HARVEY, 2018a, p.81). É, pois, fundamental a busca pela aceleração do tempo de rotação do capital – o que também explica os altos investimentos em tecnologias. Então, o capitalismo sempre está em busca pela produção de valor, mas também em luta para combater a sua negação.

Esta luta ocorre nas passagens dos diferentes processos da circulação do capital. Na passagem da produção à realização do capital, é necessário que ocorra a necessidade e o desejo de um valor de uso para que o produto possua valor, por isto a “fabricação de desejos” é um artifício essencial do capitalismo<sup>3</sup>. Nessa passagem, também é necessário que os potenciais consumidores possuam a quantidade de dinheiro necessária para pagar o produto. Harvey (2018a) aponta que neste momento o trabalhador possui um poder de barganha maior do que na fase da produção – quando “quem manda” é o capitalista – pois se transforma em potencial consumidor e, por isso, possui poder de escolha sobre as mercadorias. A resistência de grupos à mercadorização de certos serviços e o boicote a certos produtos se constituem como uma ameaça política à realização do

---

<sup>3</sup> É interessante apontar que os desejos são fabricados de diferentes formas, mas em especial pela mídia. O documentário *Criança, a alma do negócio* (2008) reflete sobre a formação dos jovens e como a criança se tornou a alma do negócio (o foco) da publicidade, devido à maior facilidade em convencê-las do que a um adulto.

capital. Desta forma, “o antivalor define [...] um campo ativo de luta anticapitalista” (HARVEY, 2018a, p. 83).

Conforme explicitado anteriormente, é através do mais-valor capturado durante a produção de uma mercadoria que ocorre a valorização do capital, sendo o trabalhador essencial para tal. E, então, mais uma vez o capital encontra uma ameaça à sua perpetuação. A recusa, por parte da força de trabalho, em trabalhar impede que haja a produção do capital e a reprodução do capitalista.

Por isso, afirmamos com Harvey que

qualquer sociedade anticapitalista terá de surgir do útero do capitalismo contemporâneo, a partir daquele mundo em que, como diz Marx, está “prenhe de seu oposto” [...] Neste sentido, o antivalor constitui o solo subterrâneo do qual o anticapitalismo pode florescer, tanto na teoria quanto na prática (HARVEY, 2018a, p. 84).

A partir dessa premissa encontramos o elo aglutinador com a nossa pesquisa, a ser desenvolvido na próxima seção.

### **3 FUGINDO AO ENGESSAMENTO DO CAPITAL...**

Na parte final de seu livro, Harvey (2018a) aborda mais claramente o que seria a tal loucura da razão econômica, essencial para entendermos o surgimento de movimentos contrários a ela. O capital em sua forma-dinheiro possui a capacidade de permanecer perpetuamente em circulação e, no mundo dominado pela dinâmica capitalista, o enriquecimento é finalidade em si, de tal forma que a expansão se torna crucial. Assim, o constante investimento do dinheiro é um processo infundável, característico do regime capitalista e no qual “a sua própria vitalidade consiste exclusivamente em que só se *conserva* como valor de troca diferindo do valor de uso e valendo por si à medida que se *multiplica continuamente*” (MARX, 1973, p.208 *apud* HARVEY, 2018a, p. 171).

Sobre esse aspecto, Harvey (2018a) salienta, logo nas primeiras páginas de seu livro, que a circulação do capital se formula mais como uma espiral do que como um ciclo fechado, pois está em uma busca infundável pela acumulação. A espiral de descontrole capitalista, em busca perpétua de uma infinitude (ou má infinidade, nos termos de Hegel), com base na lógica fetichista de que

dinheiro é capaz de gerar mais dinheiro incessantemente, faz com que o antivalor passe a imperar. Neste sentido,

As leis contraditórias do movimento [...] beneficiam unicamente a classe capitalista e seus acólitos, ao mesmo tempo que reduzem populações inteiras à exploração de seu trabalho vivo na produção, a escassas oportunidades em sua vida cotidiana e à servidão por dívida em suas relações sociais (HARVEY, 2018a, p.174).

Aqui podemos dialogar com autores brasileiros, como Lúcio Kowarick (1979) e Alvaro Ferreira (2015), que afirmam que a cidade surge como fruto da acumulação e da especulação capitalista. De forma que a classe trabalhadora acaba por ser “empurrada” para as periferias – aqui compreendidas para além do sentido geográfico de sua localização e, sim, como espaços de precarização, com carência e/ou ausência dos diferentes bens coletivos – enquanto as classes mais abastadas vivem em locais dotados desses bens coletivos e infraestrutura.

A segregação espacial urbana, o acesso diferenciado a equipamentos e serviços urbanos, o aumento do perímetro urbano, os problemas de mobilidade e os vazios urbanos surgem como consequências de ações especulativas que visam somente aumentar o valor de troca, cabendo ao Estado proporcionar uma distribuição que diminua as desigualdades do sistema urbano. A partir de Lencioni (2015a; 2015b) e Ferreira (2015) entendemos que o espaço urbano é homogêneo, fragmentado e hierarquizado, se constituindo a partir de características antagônicas e sendo vivenciado de formas diferentes entre as pessoas, adquirindo, portanto, dimensões e significados variáveis para cada um, o que leva a que seja caracterizado também como conjunto de símbolos e campo de lutas. Assim, o espaço urbano é constituído por distintos usos do solo, com a desigualdade como sua característica marcante e definidora.

Neste cenário, cabe à força de trabalho, em especial a que ocupa os estratos mais baixos na divisão social do trabalho, solucionar os problemas de seu ambiente construído, lutando por melhores condições de moradia, transporte, saúde, educação. É neste contexto de tensão social que os movimentos sociais urbanos adquirem importância, pois será, principalmente, através deles que as classes excluídas do processo de apropriação do espaço urbano irão se manifestar. Concordamos, então, com Harvey (2013; 2018a) que a luta anticapitalista não está mais restrita somente ao operário fabril descrito por Marx, mas inclui grandes parcelas de trabalhadores



responsáveis pelo funcionamento diário da vida cidadina, além do enorme setor de trabalhadores informais, temporários e liberais. Ademais, a exploração do trabalhador não está restrita somente ao local do trabalho, ela se inicia no espaço vivido dos trabalhadores, por meio dos proprietários de terras, dos locadores e comerciantes, caracterizando a espoliação urbana.

Ao afirmar que “o mundo é repleto de brechas com espaços heterotópicos em que grupos buscam, em meio a um mar de alienação, construir modos não alienados de viver e de ser” Harvey (2018a, p.194) vai ao encontro da perspectiva de Raquel Rolnik (2015), pela qual

Estamos, portanto, diante de uma ‘guerra dos lugares’ ou de uma guerra ‘pelos lugares’. Nessa guerra, o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contraespaços’: movimentos de resistência à redução dos lugares a loci de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis (ROLNIK, 2015, p.378).

Ao nosso ver, as ocupações se encontram entre estes “contraespaços”, espaços alternativos ao modelo hegemônico, entendendo que “a ocupação empreendida por um movimento social significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)” (ROLNIK, 2015, p.377). Como diz também Martínez:

*Las okupaciones son parte de una lucha política al margen del sistema institucional, entendiendo que es política porque se ejerce algún tipo de relaciones de poder [...]. Su sentido político es emancipatorio en la medida en que plantea una resistencia genérica a la dominación (MARTÍNEZ, 2002, p. 203).*

Conforme abordado em outros trabalhos, em especial em nossa dissertação (AUTOR, 2015), algumas questões sobre ocupações precisam ser esclarecidas. Primeiramente, apesar de terem ganhado destaque a partir do movimento *occupy*<sup>4</sup>, em 2008, as ocupações são parte do

---

<sup>4</sup> A partir da crise de 2008, diversas praças e ruas na Europa e nos Estados Unidos foram ocupadas como protesto contra a desigualdade econômica e social e a corrupção, sendo *occupy* o nome dado ao movimento.

processo de formação socioespacial das cidades, o que nos lembra a afirmação de que “*la okupación es la forma más vieja de tenencia en el mundo, y todos somos descendientes de okupas*” (WARD apud MARTÍNEZ, 2002, p. 97).

Em segundo lugar, conforme afirma Miguel A. Martínez (2002), houve uma “evolução” dos movimentos de ocupação: da exclusividade para fim residencial à constituição de uma ampla rede de ocupações com projetos políticos. Assim, nas últimas décadas, diversas ocupações surgiram com demandas às necessidades radicais e possuem sentidos para além da moradia. Em nossa dissertação de mestrado (AUTOR, 2015) trabalhamos justamente com a variedade de sentidos e formas que uma ocupação pode adquirir.

Em terceiro lugar, as ocupações para além da moradia surgem como resultado da espoliação e de ações subversivas e contestatórias do/pelo trabalhador, a partir do momento em que ele se dá conta de sua situação social e econômica – diversas vezes inspirado por movimentos sociais. Então, é necessário que o trabalhador tome consciência de sua situação social e econômica, contextualize a exploração e as desigualdades, para que possa contestar a ordem. É neste sentido que Hans Pruijt (2013) afirma que as ocupações possuem potencial para empoderamento e ‘liberação cognitiva’ da população.

Em quarto lugar, frisamos, novamente, que os conflitos sociais não possuem apenas uma dimensão material, mas possui também uma dimensão simbólica. Desta forma, essas ocupações, por vezes, são acompanhadas da transformação dos modos de vida, em uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada, e à maior importância dada ao valor de uso em relação ao valor de troca.

A partir do exposto acima, esperamos ter esclarecido que entendemos as ocupações urbanas como a reapropriação social de espaços abandonados como solução para as mais distintas necessidades: moradia, trabalho, lazer, criatividade e lutas política e social. São características das ocupações a ausência de relações sociais baseadas na exploração do trabalho, a organização interna horizontal com base na autogestão e a crítica à relação dominante entre as necessidades de sobrevivência e a maneira como devem ser satisfeitas. É neste sentido que Miguel Martínez e Claudio Cattaneo afirmam que o ato de “ocupar é uma negação à dominação existente” (MARTÍNEZ & CATTANEO, 2014b, p. 239).

As ocupações se constituem, então, tanto como oposição direta à desigualdade social resultante da existência da propriedade privada, quanto como oposição indireta em distintos níveis sociais, por meio da autogestão, da solidariedade, da crítica à repressão etc. Desta forma, elas se

caracterizam como negação às formas de dominação existentes: política, econômica, cultural e social, conformando-se, portanto, como lutas pelo direito à cidade.

O conceito de comum tem estado em voga, mas, assim como as ocupações, não é algo novo, apenas foi constantemente invisibilizado pelo sistema capitalista. Aqui tentaremos uma explicação sucinta do que entendemos como tal. Nos últimos anos o conceito do comum tem ganhado espaço nas discussões acadêmicas e políticas, em grande parte pelo trabalho de Elinor Ostrom. Assim como diversos outros conceitos, o comum possui diferentes vertentes de pensamento (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017): uma ligada ao pensamento de Ostrom, com base no pensamento econômico liberal, que entende os recursos comuns como um tipo específico de bens complementares aos bens públicos e privados; a outra vertente, baseada na teoria crítica, entende o comum “antes [como] uma relação social e um conceito político do que um bem ou um regime coletivo de propriedade” (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017, p.446), sendo, então, antagônico ao capitalismo. É a partir da perspectiva crítica que se desenvolve nosso pensamento.

Neste sentido, entendemos que os comuns se configuram como bens e recursos coletivamente compartilhados, usados e geridos por um grupo de pessoas, por meio de uma série de práticas, saberes e regras concebidos e decididos pelo próprio grupo. São, portanto, objetos pelos quais a atividade coletiva se responsabiliza, sendo o comum o princípio político no qual a atividade coletiva e o autogoverno se baseiam (DARDOT & LAVAL, 2017). Neste sentido,

O comum não se confunde com os recursos comuns, ou com o bem comum. Deve-se falar, portanto, de comuns para designar não aquilo que é, naturalmente ou por direito, comum, mas aquilo que é investido por uma atividade de compartilhamento. [...] É a atividade que “torna comum” a coisa, inscrevendo-a em um espaço institucional mediante a produção coletiva de regras específicas (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017, p. 447).

Assim, um comum não existe sem a atividade de fazer-comum<sup>5</sup>, o que significa que a ação política dos cidadãos não só é necessária, como é definidora para a transformação de espaços em

---

<sup>5</sup> Mariana de Moura Cruz (2017) aponta que algumas palavras não são facilmente traduzidas para o português, demandando empenho e novas construções semânticas mais apropriadas. Este seria o caso do “vocabulário do comum”

comuns por meio de sua reapropriação (HARVEY, 2013). Então, o comum se estabelece apenas com as relações, sendo necessário o empenho coletivo para que aconteça. Podemos citar aqui o exemplo das praças – espaços públicos por excelência – mas que só se transformam em comuns a partir da ocupação para reivindicações e expressão política. As praças ocupadas durante os movimentos do 15M ou da Primavera Árabe são ótimos exemplos de configurações de comuns.

Por depender das relações sociais, a manutenção dos comuns exige esforço, visando garantir que seus valores sejam ensinados e constantemente renovados – é necessário, então, ativar o nosso arquiteto rebelde para que possamos viver e experimentar a prática insurgente. Segundo Harvey (2013), somente assim será possível evitar a capitalização dos comuns. Desta forma, a comum ativa duas esferas dos conflitos urbanos: a superação do controle da propriedade e o desenvolvimento de novas práticas socioespaciais de democracia e autogestão.

O comum é, dessa maneira, um relacionamento entre pessoas e coisas baseado nas condições de um mundo compartilhado, buscando a sobrevivência através da autorrealização dos indivíduos, da coletividade e da cooperação mútua fora das relações de mercado e do Estado.

Entendemos que a

ocupação é mais do que apenas viver sob um teto, é um processo coletivo de auto-organização para se ter acesso a um espaço acessível, uma maneira cooperativa de reparar e preservar o prédio, uma maneira alternativa de viver nas margens dos padrões capitalistas e uma experiência política de protestar e mobilizar através da ação direta (MARTÍNEZ & CATTANEO, 2014a, p. 29, tradução nossa<sup>6</sup>).

Desta forma, as ocupações são espaços alternativos, onde novas maneiras de se relacionar são acionadas, abandonando as relações alienadas capitalistas. Habitar não é somente sobreviver, mas apropriar-se e modelar o espaço com toda intensidade e complexidade; assim, as ocupações se configuram como lugares onde se pode viver, habitar, um lugar no qual organizar a vida em

---

(original *common*, em inglês), incluindo as palavras *commons*, *commoning* e *communers*. A partir de nossas leituras optamos por usar a tradução de *commoning* como fazer-comum. Salientamos, porém, que essas palavras ainda não possuem traduções únicas e dadas como definitivas para o português, representando um verdadeiro desafio linguístico.  
<sup>6</sup> No original: “In fact squatting is more than just living under a roof, because it is a collective process of self-organization to get access to an affordable space, a cooperative way of repairing and preserving the building, an alternative way of living in the margins of the capitalist patterns, and a political experience of protesting and mobilizing through direct action”.

seus próprios termos torna-se imperativo. Então, as ocupações urbanas são o caminho pelo qual podemos criar os comuns, pois visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e de tomada de decisões internos, mais participativos e horizontais.

Este aspecto conflui com o pensamento de Harvey de que

É a partir dos espaços de não valor e de trabalho não alienado que se pode elaborar uma crítica profunda e disseminada ao modo de produção capitalista, de sua forma particular de valor e de suas alienações. E é também a partir desses lugares que é possível identificar melhor os contornos de uma possível economia pós-capitalista. (HARVEY, 2018a, p.96)

Assim, defendemos que o ato de “ocupar é uma negação à dominação existente” (MARTÍNEZ & CATTANEO, 2014b, p. 239) e a ocupação como comum se configura como possibilidade de superação do capitalismo.

É no espaço da cidade que encontramos as maiores contradições do capitalismo – muitas delas tomando forma a partir da homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Porém, justamente por ser o lugar das contradições, é ela também o lugar onde reivindicações e novas lutas tomam corpo. A verdadeira participação da população – através da autogestão ou autogoverno – é condição indispensável para mudanças, em particular para o cumprimento do direito à cidade<sup>7</sup> e os movimentos sociais urbanos emergem como potências para diminuir as diferenças na cidade e lutar pela construção de novos ideais pós-capitalistas.

O comum [...] é um potente mote aglutinador, capaz de prover direcionamento a um ampliado leque de pautas centrais na questão urbana contemporânea, de unir esforços e construções de possibilidades de transformação e alternativas diante do avanço das hegemonias neoliberais sobre a produção do espaço (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017, p. 452).

---

<sup>7</sup> Afinal, o direito à cidade não é só estar na cidade, também inclui moldá-la, construí-la e se apropriar de seus espaços pela participação política (LEFEBVRE, 2001).

Desta forma, o caráter mais geral e abstrato dos comuns possibilita justamente englobar diversos elementos da realidade, assim como diversas instituições e práticas ameaçadas pela lógica capitalista de propriedade e mercadoria. Configura-se, então, como uma ponte entre as lutas contra o capitalismo e as lutas a favor de novas formas de organização.

Por fim, novas experiências baseadas na autogestão surgem a cada dia e, com elas, novas utopias. As ocupações urbanas se encaixam, a nosso ver, nesse perfil. Ao passo que os comuns, como lugares da reapropriação do espaço pela sociedade, por meio da ação coletiva e da autogestão, se configuram como perspectivas de transição para uma cidade e uma sociedade mais justas, superando os aspectos nocivos da circulação do capital.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esperamos que, ao longo do artigo, tenha ficado claro que, em tempos da espiral de descontrole da acumulação capitalista, devemos nos ater às falhas que o sistema promove para agir em prol de nossas próprias necessidades. Neste sentido, acreditamos que o potencial para transformação do capitalismo está na própria cidade, já que é no seu espaço que encontramos suas maiores contradições. Entendendo que a cidade é um campo em disputa, no qual sempre estão em jogo sua organização e reprodução, acreditamos que os comuns podem transformar as relações de forças existentes.

As ocupações e o comum dialogam entre si, na medida em que este se baseia em dois aspectos fundamentais: a democracia real, pelo autogoverno, e o ataque ao direito de propriedade, fortalecendo o direito de uso. Assim, as ocupações urbanas – enquanto ação de apropriação de um espaço vazio, ocioso, abandonado, como meio para distintas necessidades: moradia, trabalho, lazer, criatividade e lutas política e social – são o caminho pelo qual podemos criar os comuns, pois visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e tomada de decisões internos, mais participativos e horizontais. A ocupação como comum é, pois, uma resposta direta ao fracasso do capitalismo, que não foi capaz de suprir as carências da nossa sociedade.

Neste sentido, tais ocupações se configuram como instituições de resistência, criação e cooperação que desafiam o estabelecido na cidade mercantilizada. Entendendo que o espaço urbano é algo aberto, inacabado e em constante transformação; a sua produção pode se referir tanto



a reprodução do modo de produção vigente – no caso, o capitalista – quanto à emergência de novas práticas, significações e formas (LEFEBVRE, 2013).

Acreditamos, portanto, que a existência de “contraespaços” demonstra o desacordo entre as distintas fases da circulação do capital e a dinâmica social. Assim, afirmamos ser necessário aproveitar as fissuras e o que é “desperdiçado” – mesmo que temporariamente – pelo capital, como os diversos imóveis ociosos, para criar espaços de convivência e participação política que proporcionem aos cidadãos agir em prol das lutas contra o capitalismo e a favor de novas formas de organização.

## 5. REFERÊNCIAS

AUTOR. 2015.

CRIANÇA, A alma do negócio. Produção: Estela Renner e Marcos Nisti. São Paulo: Maria Farinha Produções, 2007. 90 min. Color. Port.

CRUZ, Mariana de Moura. O novo vocabulário do Comum – ensaio para uma leitura pós-colonial. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em:

<[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-03.pdf)>, acesso em: 30 jan. 2019.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2013.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018a.

HARVEY, David. A recusa de Marx da teoria do valor. Trad.: Carine Botelho Previatti. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 257-264, jan./abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/download/145931/140884/>>, acesso em 20 jun. 2019.

HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. **Le Monde Diplomatique**, nº 3, fev. 2004, p. 21- 23. Tradução Sandra Lencioni.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a. p. 35-68.



LENCIONI, Sandra. Totalidad y e tríades: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. In: Mattos, Carlos de; Link, Felipe. (Org.). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago (Chile): RIL Editores, 2015b, p. 57-77.

MARTÍNEZ, Miguel A.. **Okupaciones de Viviendas y Centros Sociales**: Autogestión, Contracultura y Conflictos Urbanos. Barcelona: Virus, 2002.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Squatting as a Response to Social Needs, the Housing Question and the Crisis of Capitalism. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe**: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism. Londres: Pluto Press, 2014a. p. 26-56.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Conclusions. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe**: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism. Londres: Pluto Press, 2014b. p. 237-249.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe**: Radical Spaces, Urban Struggles. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

TONUCCI FILHO, João B. M.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-02.pdf)>, acesso em: 30 jan. 2019.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHAES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, ago. 2017. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/artigo/389>>, acesso: 20 jun. 2019.